


A democracia dos desempregados: o futuro do trabalho nas páginas do *Diário Catarinense* (1990-2000)

The unemployed's democracy: the future of labor in the pages of Diário Catarinense (1990-2000)

Geovanni Rocha Junior

 <https://orcid.org/0000-0001-9838-2251>
Universidade do Estado de Santa Catarina

Resumo: Durante a década de 1990, o Brasil passou por profundas transformações nas relações de trabalho, que podem ser observadas por meio da crescente taxa de desemprego e do número de trabalhadores alocados na informalidade. Neste artigo, pretende-se analisar as narrativas que circularam no jornal *Diário Catarinense* acerca de aspectos que dizem respeito à elaboração de novas formas de abordar a temática do trabalho no espaço público, bem como a defesa de um conjunto de valores associados à livre iniciativa, que ganhou notoriedade com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. A linha editorial do jornal defendeu a integração do país ao chamado “Primeiro Mundo”, alegando que havia a necessidade de alçar o país aos ditames de uma modernidade própria do final do século XX. As notícias difundidas nas páginas do periódico, sobretudo na seção dedicada aos assuntos do cotidiano, deixam latente a formação de representações sociais sobre o futuro do trabalho, que ficaria restrito ao aperfeiçoamento profissional devido ao avanço tecnológico e a um arcabouço jurídico menos rígido como forma de combate ao desemprego. Este artigo está inserido na lógica da História do Tempo Presente à medida que tenta colocar em prática os referenciais teóricos e metodológicos desse domínio do campo da produção histórica.

Palavras-chave: Imprensa. Trabalho. Neoliberalismo. História do Tempo Presente.

Abstract: During the 1990s, Brazil underwent severe changes in labor relationships, which can be observed through the rising unemployment rate, as well as the rise in informal employment. This article intends to analyze the narrative of the *Diário Catarinense* periodical of certain aspects regarding the elaboration of new approaches to the labor theme in public spaces, as well as the defense of a set of values associated with the so-called free initiative that gained track during the administrations of Fernando Collor and Fernando Henrique Cardoso. The periodicals editorial line defended the country's integration into group known as “First World Countries”, claiming a need for the country to follow the order of twentieth century modernity. The news that circulated the periodical's pages made latent the formation of social representations over the future of labor, which would be restricted to the professional improvement due to technological advances and to a less strict judicial framework as a way to fight unemployment. The printed media vehicle looked to accommodate in its narrative complex and heterogeneous processes. This article follow the logic of Present Time History in that it aims to put into practice the theoretical and methodical referential of this domain in the field of historic production.

Keywords: Press. Labor. Neoliberalism. Present Time History.

Introdução

“O réveillon que varou a madrugada, o jantar modesto e alegre de um operário nos confins de um bairro, o olhar maravilhoso nas luzes dos fogos que espocaram nesta última meia-noite, ainda assim encontrou os brasileiros perplexos e inseguros”. As comemorações de final de ano recapitularam “um 1989 que teve dias de efetivos reencontros da nacionalidade e da cidadania, mas que terminou com uma inflação escorchante” (*Diário Catarinense*, 01/01/1990, p. 4). Com esta mensagem, o *Diário Catarinense* iniciou seu primeiro editorial de 1990. A continuidade do texto



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

demonstra uma certa dualidade nas expectativas projetadas pela linha de opinião do veículo impresso para a nova década. Existia uma mistura de incerteza e esperança. Incerteza por conta da situação econômica do país e esperança pela eleição direta para a presidência da República, que outorgou Fernando Collor de Mello à chefia do executivo federal. Os desdobramentos da década de 1990 não podem ser compreendidos sem levar em consideração o que estava em jogo nos anos anteriores no momento da transição política brasileira. Como em todo processo eleitoral, o pleito de 1989 não foi apenas um marco político, pois refletiu diretamente nas relações sociais delineadas a partir de então (FREIRE; CARVALHO, 2018).

Segundo Marcio Pochmann (2005, p. 191), entre 1989 e 1999 o país passou por um processo de inserção na economia mundial pelo qual o modelo econômico alicerçado na desregulamentação comercial e financeira foi adotado. O Estado, por sua vez, teve suas funções redefinidas e os mundos do trabalho sofreram profundas mutações, sobretudo devido ao desemprego e aos postos precários de trabalho que foram criados. Para Pochmann (2005, p. 197-198), o “eixo do conjunto das reformas implementadas durante os anos 1990 esteve comprometido com a integração do Brasil à economia internacional”, e um dos sintomas das mudanças em curso remete aos números da taxa de desemprego. Entre 1989 e 1999, “a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhões para 7,6 milhões”, com aumento do “desemprego aberto passando de 3,0% da População Economicamente Ativa para 9,6%”. Ainda segundo o autor, os postos de trabalho gerados nesse período tinham como característica a precariedade. “Nos anos 1990, a cada 5 ocupações criadas” 4 referiam-se “ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal” (POCHMANN, 2005). Levando em consideração os números, constata-se que os ideais firmados em torno das transformações do capitalismo a nível global, situadas desde os anos de 1970, ressoaram com maior força no Brasil durante a década de 1990.

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise das narrativas que circularam pelas páginas do jornal *Diário Catarinense* acerca de aspectos que dizem respeito à elaboração de novas formas de se abordar a temática do trabalho no espaço público, bem como a defesa de um conjunto de valores associados à chamada livre iniciativa, que adquiriu influência com os governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). O veículo impresso procurou acomodar em suas edições processos complexos e heterogêneos, seja através de editoriais que expressavam uma linha do pensamento empresarial, ou por meio de notícias redigidas pelos jornalistas ligados ao jornal na seção *Geral*, espaço dedicado aos assuntos do cotidiano. A interpretação aqui proposta deixa latente a formação de representações sociais sobre o futuro do trabalho, que ficaria restrito ao aperfeiçoamento profissional devido ao avanço tecnológico e a um arcabouço jurídico menos rígido como forma de combater o desemprego.

Os jornais, de maneira geral, estruturam narrativas que fornecem elementos discursivos capazes de dar respaldo a tomadas de decisão. As transformações então ocorridas nas relações de trabalho são parte indispensável da necessária compreensão do que está colocado nos dias de hoje e na construção de uma História do Tempo Presente. É preciso compreender o que se passa a partir da tessitura do tempo histórico, levando em conta sua materialidade e abrangência. Por isso a necessidade de focalizar o final do século XX e os eventos e processos sociais e políticos que marcaram a sociedade brasileira.

A primeira hipótese levantada é a de que, ao longo da década de 1990, os impressos não noticiaram apenas os acontecimentos em andamento, mas tiveram papel decisivo na projeção de medidas legais ou práticas sociais que configuravam novas relações de trabalho. As ideias que compõem as páginas de um jornal não nascem do acaso. Elas circulam, retêm um lastro temporal, adquirem novos significados, se adequam às emoções do instante, são apropriadas de diferentes formas e por diferentes sujeitos, ganham projeções e fazem parte da realidade de determinado contexto político e social. Desse modo, é plausível deduzir que a imprensa acompanhou as transformações dos mundos do trabalho, constituindo-se como uma fonte privilegiada para se

analisar as alternâncias das relações de trabalho em um período de efervescência dos conflitos sociais.

De acordo com Tânia Regina de Luca (2008, p. 139), o historiador “dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”, como é o caso da investigação empreendida no *Diário Catarinense*. Portanto, os discursos “adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2008, p. 140). Na pesquisa em apreço, identificou-se que o *Diário Catarinense* procurava alcançar as classes empresariais e as camadas médias de Santa Catarina. As informações dos impressos devem ser contextualizadas, a análise abrangente permite levar em consideração os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que circulam nas publicações de cada veículo. Por meio da imprensa, pode-se encontrar “dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos (LUCA, 2008, p. 119). Na chamada imprensa alternativa ou na grande imprensa, há a participação de “sujeitos que, por intermédio da palavra impressa, expressam suas reivindicações, projetos, aspirações e leituras de mundo” (LUCA, 2016, p. 29). Além disso, segundo Biroli e Miguel (2017, p. 8), as notícias dos jornais exercem um impacto sobre o público leitor, “que vai se situar a partir das representações sociais do mundo que recebe da mídia”. Os discursos e as representações sociais não estão à parte da realidade, já que são peças importantes no ordenamento de qualquer sociedade. Evidentemente, a produção das informações começa a ser realizada por jornalistas, são eles em certo momento que decidem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. No entanto, outros componentes precisam ser apontados, pois as empresas de jornalismo não estão afastadas das disputas políticas e dos interesses de mercado que giram ao seu redor.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, busca-se compreender a agenda política da linha editorial do jornal *Diário Catarinense*. Na segunda parte, encontra-se uma leitura detida de algumas matérias que foram recolhidas na seção *Geral* e no caderno de *Economia* do jornal, cuja análise versa sobre as projeções difundidas acerca do futuro das relações de trabalho associadas à cultura do novo capitalismo e à precariedade compartilhada por muitos trabalhadores que não se enquadravam nas temporalidades que estavam sendo introjetadas no espaço público.

A agenda política da linha editorial do jornal *Diário Catarinense*

Fundado em 1986, o jornal *Diário Catarinense*, veículo ligado ao Grupo RBS, esteve comprometido com os grupos empresariais e conservadores de Santa Catarina ao longo de sua trajetória (GIOVANAZ, 2015). A vitória eleitoral de Fernando Collor significou para os defensores da chamada economia de mercado e da livre iniciativa a possibilidade real de pôr em prática alguns anseios projetados para a Nova República, principalmente na condução da política econômica do governo federal. Em março de 1990, o Grupo RBS lançou o projeto “Novo Brasil”, a ser desenvolvido em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O objetivo da organização era ressaltar os supostos avanços econômicos e sociais desses dois estados, além de traçar soluções para os problemas imediatos do país. A primeira reunião ocorreu na sede do *DC* e contou com a participação de importantes figuras do meio empresarial. Sentaram ao lado do superintendente da RBS, Pedro Sirotsky, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Milton Fett, o presidente do Centro do Comércio Exterior de Santa Catarina, Henrique Malta, e o presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina, Zeferino Pedrozo. Pedro Sirotsky salientou naquele momento que “o projeto da RBS” pretendia “firmar um compromisso do novo Governo com a iniciativa privada do Sul do Brasil” (*Diário Catarinense*, 07/03/1990, p. 25). As tratativas previam a

realização de debates, palestras e seminários. Os resultados, redigidos em um documento, seriam entregues ao então presidente Fernando Collor.

O encontro ilustra o papel encenado por um importante setor de comunicação no momento de transição do governo Sarney para o governo Collor. De igual modo, torna-se aparente a afinidade entre imprensa e empresários. Boa parte das ideias e opiniões lançadas em editorial acabavam sendo compartilhadas pelas classes patronais de Santa Catarina. Através da narrativa traçada pela linha de opinião do *DC* no início da década de 1990, é possível visualizar aspectos de uma sociedade em mudança, além da formação de concepções políticas e econômicas que envolviam a elaboração de imaginários acerca do passado e do futuro, suscitando, assim, representações e expectativas para a Nova República em torno de consensos básicos sobre o funcionamento da livre iniciativa privada e a redução do papel do estado na área econômica. É interessante mencionar que desde 1988, na cidade-sede da RBS, Porto Alegre, passou a ser organizado anualmente o chamado Fórum da Liberdade, iniciativa de empresários comprometidos com a difusão do que pode ser considerado um ideário neoliberal, buscando influenciar diretamente decisões e políticas governamentais (GROS, 1990).

A situação nacional não deixou de estar em pauta no veículo impresso catarinense. Após um longo período de transição política, o Brasil que adentrava nos anos de 1990 vivia uma confluência de sentimentos. Havia a esperança com a chegada dos padrões democráticos e a perspectiva de transformações direcionadas ao futuro. Mas também pairavam as dúvidas, sintetizadas pela desigualdade social e pelos altos índices inflacionários. O prognóstico feito pela linha editorial do *DC* no alvorecer dos anos de 1990 indicava que o país precisaria entrar no rumo da liberdade econômica. Alcançada a chamada “liberdade política”, restava integrar-se aos ditames da modernidade global para ajustar o projeto de desenvolvimento com os países de economia central.

A década de 1980 marcou a fragmentação dos regimes ditatoriais em boa parte da América do Sul. Os ventos da democratização se propalaram pelo continente com a volta das agendas institucionais regulares e com a realização de eleições livres. No Brasil da década de 1990, segundo a ideia defendida pela corrente de opinião do *DC*, os anos ditatoriais ainda estavam presentes e só teriam fim caso houvesse a “libertação econômica”, ou seja, a diminuição das atribuições do Estado, considerado ineficiente e responsável por uma “hipertrofia burocrática” que não respondia à degradante situação da sociedade brasileira. Os governos autoritários latino-americanos tinham, portanto, dois pontos em comum, um de ordem política e outro de ordem econômica. “No plano político”, havia “a supressão das liberdades públicas e o atropelo dos direitos humanos”. Já do ponto de vista econômico, prezavam por “modelos centralizadores e concentradores, que ensejavam o desmesurado crescimento do tamanho do Estado”. O período pós-ditaduras, no entanto, determinaria o “predomínio dos governos constitucionais, no primeiro campo”, enquanto que, no segundo, prevaleceria “uma visão arejada do liberalismo, com a modernização e a privatização da economia e a busca de uma aproximação com o Primeiro Mundo” (*Diário Catarinense*, 22/02/1990, p. 4). Por meio dessas duas prerrogativas, a linha editorial do jornal ligado ao Grupo RBS tentou conciliar as expectativas empresariais com a agenda econômica da equipe administrativa de Fernando Collor.

Ao formar o quadro ministerial, Collor escolheu Antônio Rogério Magri para ocupar a pasta do Trabalho. Neste momento, a grande imprensa avistou a possibilidade de se efetivar uma “moderna” relação entre as classes trabalhadoras e o setor produtivo. Antes de ser denominado ministro, Magri havia sido presidente do Sindicato dos Eletricitários entre 1978 e 1990, e também esteve à frente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). O motivo que o credenciava a ocupar tal posto era sua atuação pouco inclinada aos assuntos “políticos” e mais propensa aos ganhos

salariais, o chamado sindicalismo de resultado.¹ O dito pragmatismo de Magri divergia do modelo sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), vinculada naquele instante às práticas de enfrentamento através da organização de greves. Segundo a linha de opinião do DC, os dirigentes sindicais deveriam deixar de “teorizar sobre política salarial e partir para ações concretas”, pois somente com o crescimento das empresas seria possível a concessão de aumentos salariais. A diretriz é retratada da seguinte maneira:

O tamanho do Estado deve ser reduzido, e não pode haver restrições à entrada do capital externo, desde que concorra para desenvolver a nação e haja regras claras a pautar sua atuação. É esse o caminho por excelência para que o País deixe em definitivo a acomodação terceiro-mundista, que em realidade é sinônimo de estagnação, de desambição, de renúncia ao desenvolvimento. Em entrevista concedida há dois anos, o futuro ministro do Trabalho já defendia o ponto de vista de que “quem quer o Brasil no Terceiro Mundo é essa minoria que joga no pior, que pratica a tática do grevismo para inviabilizar o país” (*Diário Catarinense*, 14/02/1990, p. 4).

O projeto de modernização defendido abarcava uma concepção de trabalho que deslegitimava os conflitos promovidos pelos sindicatos contra as classes empresariais. Portanto, havia uma racionalidade empresarial que visualizava a importância de alçar o pragmatismo de Magri à opinião pública como um padrão que deveria servir aos propósitos de um “Novo Brasil”. A proposta do Grupo RBS, chamada de ‘Novo Brasil’, pode não ter alcançado suas finalidades se levarmos em consideração as crises do governo Collor que culminaram no seu *impeachment*. Contudo, as projeções dos grupos empresariais, em conjunto com os interesses da mídia, tiveram uma considerável importância no início do decênio aqui investigado, já que esses atores sociais operaram no plano discursivo, vislumbrando um processo de modernização para a Nova República que praticamente tornou-se hegemônico nos meios de comunicação. Cabe indagar quais valores estavam por trás de tal modernização. Ao escrever uma mensagem sobre a criação do Conselho de Administração corporativo do Grupo RBS, Jayme Sirotsky deixa explícito alguns componentes:

Estamos com as nossas raízes muito firmes para apostar no futuro e na modernidade, como uma concepção a um só tempo individual e societária, e que segmentos nacionais, especialmente o próprio Estado, se recusam a aceitar: precisamos abrir as nossas janelas para a humanidade, para o desenvolvimento conjunto e equilibrado das virtudes pessoais aliados à dinâmica de uma sociedade mais eficiente, justa, atuante. A RBS tem a convicção de que essa modernidade, apesar de tudo, está mais próxima e encontrará na nossa atividade de comunicação o veículo de sua difusão, de explicitação do seu conteúdo e de vigilância na preservação de seus valores. [...] De olho no futuro nestes dias de transformações fascinantes em todo o mundo, a RBS está dando adeus ao paternalismo como comportamento, mas dá calorosa acolhida ao talento, à capacidade criativa do indivíduo, às ideias novas que serão perseguidas e estimuladas (*Diário Catarinense*, 17/03/1990, p. 4).

As aptidões individuais, segundo Jayme Sirotsky, levariam a uma sociedade melhor e mais

¹ Antônio Rogério Magri acabou exonerado em 1992, acusado de envolvimento com casos de corrupção. De maneira geral, as discordâncias que envolviam as entidades sindicais brasileiras foram colocadas na década de 1980 e basicamente dois grupos apresentavam projetos divergentes. Os “autênticos”, ligados aos metalúrgicos do ABC em conjunto com as “oposições sindicais”, formavam a ala combativa. Como principais nomes dessa corrente figuravam Lula, Olívio Dutra e Jacó Bittar. A outra ala, denominada Unidade Sindical, abrigava setores de esquerda que pertenciam ao PCB, PCdoB e MR-8, além de lideranças sindicais moderadas, com uma postura de atuação voltada a um modelo mais pragmático. Segundo Santana (2017, p. 291), “o bloco combativo considerava a estratégia da Unidade Sindical como negociadora, conciliadora e reformista. A Unidade Sindical, por sua vez, avaliava a estratégia do outro setor como esquerdista e desestabilizadora”. A cisão interna acabou sendo inevitável. Assumindo os riscos, a ala mais à esquerda, sem a presença dos componentes da Unidade Sindical, “decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu também o nome de Conclat”, dando origem à CUT. Em oposição, no ano de 1986 foi fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores, organização formada por um grupo de interesses inconciliáveis, indo no plano das ideias do trotskismo a sindicalistas que haviam passado por cursos de formação nos Estados Unidos. Mais adiante, quando Luís Antônio de Medeiros substituiu Joaquim dos Santos Andrade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, aliando-se a Antônio Rogério Magri, se formou o arranjo do chamado “sindicalismo de resultado” (RODRIGUES, 1991, p. 33-36). Em 1991, Luiz Antônio Medeiros fundou a Força Sindical, principal vertente de oposição à CUT.

equitativa. Sendo assim, os valores citados teriam que ser aplicados na área da administração governamental. Nota-se que em alguns momentos do texto a palavra modernidade está associada à ideia de liberdade. O veículo impresso levou a sério o combate a uma espécie de “terceiro-mundismo”² que supostamente pairava sobre o Brasil após o regime militar. A partir de tal prerrogativa, o “grevismo” e a estrutura paternalista, a partir da qual estariam desenhadas as relações formais de trabalho no país, tornavam-se obstáculos que impossibilitavam o alcance da prosperidade econômica. Isso porque as previsões voltadas ao século XXI demandavam o aperfeiçoamento tecnológico e a correção de rota na condução da economia. Santa Catarina cumpriria um papel decisivo nesse processo, pois, como defendiam alguns empresários, o estado poderia servir de modelo para o restante da federação.

Em junho de 1990, circulou um comunicado nas páginas do *DC* sobre o evento “Santa Catarina no Caminho do Primeiro Mundo”. O jornal, em conjunto com as prefeituras de Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages, iria reunir “empresários, técnicos, especialistas e lideranças políticas, com a intenção de analisar em profundidade as potencialidades e as carências sócio econômicas” do estado, a fim de apresentar propostas que contribuíssem “para acelerar o processo” de desenvolvimento da sociedade catarinense (*Diário Catarinense*, 10/06/1990, p. 21). Entre julho e setembro, foram realizadas as etapas do seminário nas cidades indicadas. Os encontros evidenciam a busca dos empresários por soluções que viabilizassem o crescimento regional, levando em conta as especificidades dos polos econômicos de cada município catarinense. O futuro da Grande Florianópolis, por exemplo, dependeria de um planejamento integrado, tendo em vista a consolidação do setor de informática e do turismo (*Diário Catarinense*, 04/08/1990, p. 4).

A capital de Santa Catarina no século XXI seria regida pelo avanço dos sistemas computacionais e pelo turismo sustentável. Os empresários solicitavam ao governo o investimento na infraestrutura para que a comercialização do turismo conseguisse fazer frente a cidades que apostavam no mesmo ramo. Nos outros municípios catarinenses, os seminários chegaram em diferentes encaminhamentos. Em Joinville, empresários e políticos julgavam a necessidade de repasses para “pesquisa, ciência, tecnologia e infraestrutura” (*Diário Catarinense*, 25/07/1990, p. 24). Em Lages, os participantes sugeriam a “criação de vários polos na região” e cobravam “mais atenção do governo do estado para solucionar problemas básicos” (*Diário Catarinense*, 01/08/1990, p. 18). No Sul catarinense, em Criciúma, o desafio futuro recaía sobre a exploração das reservas minerais com a recuperação da natureza (*Diário Catarinense*, 15/08/1990, p. 16). Blumenau, depois de ter consolidado a indústria têxtil, procurava investir no turismo, no comércio e no software (*Diário Catarinense*, 22/08/1990, p. 17). Por fim, no oeste catarinense buscava-se alternativas “à suinocultura e à avicultura para evitar” que aproximadamente 50 mil famílias migrassem “para as cidades” (*Diário Catarinense*, 29/08/1990, p. 17). Durante o encerramento do seminário “Santa Catarina no Caminho do Primeiro Mundo”, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), o governador recém-eleito, Wilson Kleinübing do PFL, esteve presente e assumiu o primeiro compromisso de sua gestão ao afirmar que o governo voltaria a liberar recursos para a economia catarinense. Segundo o diretor-superintendente da RBS, Pedro Sirotsky, a meta dos seminários foi atingida, ou seja, a de “traçar um rumo para a sociedade catarinense nos próximos anos” (*Diário Catarinense*, 12/10/1990, p. 16). É evidente a articulação entre os interesses empresariais e o governo estadual, mas não somente. Tentar alavancar Santa Catarina a uma categoria de “estado modelo” da federação significava pressionar o governo federal a praticar os princípios de uma política econômica que favoreceria a livre iniciativa privada e restringiria os

² Obviamente, pode-se problematizar a denominação hierárquica de “primeiro mundo” e “terceiro mundo” conforme expresso no jornal. Essas escalas sempre tendem a colocar os países ocidentais na vanguarda do processo histórico, negligenciando as particularidades sociais, políticas e econômicas de outros países. No entanto, optamos por utilizar a maneira escrita nos jornais entre parênteses, porque envolve o imaginário acerca do que o impresso desejava transmitir aos seus leitores.

direitos das classes trabalhadoras, direitos assegurados lentamente desde a década de 1930.

As projeções para a Nova República feitas por setores empresariais de Santa Catarina estruturaram ideias com a possibilidade concreta de colocá-las em prática após a eleição de Fernando Collor. Na década que antecede a chegada do século XXI, o sentido de modernidade, narrado neste caso pelos interlocutores da linha de opinião do *DC*, esteve associado às aptidões individuais e ao protagonismo da livre iniciativa. Dessa maneira, o crescimento econômico, que seria obtido hipoteticamente através da redução do Estado, tornou-se peça central para direcionar o país ao “Primeiro Mundo”. Os anos de 1990, reconhecidos como um tempo de profundas transformações, exigiam dos agentes que possuíam o controle político e econômico “de Santa Catarina atitudes firmes” que lhes pudessem “reservar a vanguarda do desenvolvimento nacional com avanços tecnológicos e um modelo social compatível com” a “riqueza econômica desconcentrada e diversificada” do estado (*Diário Catarinense*, 15/10/1990, p. 4). Mas como conseguir o desenvolvimento econômico em um período no qual o desemprego aumentou de forma repentina? Seria viável crescer equitativamente face às contradições estruturais dos mundos do trabalho que ficavam cada vez mais nítidas? Foram essas contradições que correram em paralelo com a ideia de uma Nova República defendida pela linha editorial do *DC*. Restava, portanto, articular o futuro do trabalho em meio a uma sociedade marcada por desigualdades estruturantes.

O futuro articulado no presente: relações de trabalho, temporalidades e democracia

Enquanto a chegada dos anos de 1990 fez despertar no corpo editorial do *DC* a expectativa de uma Nova República moderna e integrada ao chamado “Primeiro Mundo” com protagonismo da classe política e empresarial de Santa Catarina, as notícias dos jornais indicam uma decisiva mudança nas relações de trabalho a começar pelo aumento do desemprego e pelo avanço tecnológico sobre determinados ofícios, ao passo que também revelam alguns paradigmas do nosso tempo presente como a precariedade daqueles que vivem do trabalho. O ciclo de greves desencadeado na década de 1980, no Brasil, pelas classes trabalhadoras organizadas foi proporcional ao clamor das elites políticas e empresariais de Santa Catarina por relações flexíveis de trabalho (NORONHA, 2009). Remontar os fragmentos deixados pela imprensa escrita nos ajuda a ter um melhor panorama das transformações e das contradições que ainda estão em curso em pleno século XXI. Nesta segunda parte do artigo, foram selecionadas algumas matérias do caderno de *Economia* e da seção *Geral do Diário Catarinense* para avaliar como o futuro do trabalho estava sendo moldado na década de 1990. A imagem de um novo tempo para as relações de trabalho detém ligação direta com a cultura do novo capitalismo, compartilhada pelo corpo editorial da empresa de comunicação. Entende-se, porém, que os valores delimitados para o futuro do trabalho representavam ambições e projetos em meio às relações precárias que afetavam muitas pessoas no cotidiano.

O 1º de maio de 1991 foi registrado de maneira melancólica no *DC*. Após uma breve introdução sobre o significado da data, que lembrou o ano de 1886 no qual trabalhadores da cidade de Chicago, nos Estados Unidos, desencadearam uma greve para exigir condições mais humanas nas fábricas e a redução da jornada de trabalho, a matéria principal redigida pela jornalista Mirela Vieira advertia sobre a luta dos trabalhadores contra o tempo: “com o avanço do consumo massificado, algumas profissões estão caindo em desuso e tendem a desaparecer”. “Barbeiros, alfaiates, cuteleiros” cediam lugar aos “barbeadores elétricos”, “boutiques e casas especializadas em instrumentos de corte” (*Diário Catarinense*, 01/05/1991, p. 3). O sentido da data, de acordo com a reportagem, parecia não ser mais de grandes movimentos contestatórios, mas de uma disputa constante dos trabalhadores contra as vantagens da tecnologia, que ficava cada dia mais acessível aos consumidores.

Em Florianópolis, havia exemplos de profissões que corriam risco de serem ocultadas com o passar dos anos. No antigo terminal urbano da capital, o micro-ônibus de Fanor Fraga Francisco

era bem querido por clientes que levavam para afiar tesouras, facas e alicates. O amolador aprendeu os macetes do ofício com seu pai, conforme relatou para a jornalista: “leveei bastante tempo aprendendo com meu pai e confesso que estraguei algumas facas e tesouras”. Segundo Fanor, a chance de seu trabalho desaparecer aumentava rapidamente porque os jovens achavam outras ocupações mais lucrativas e, na sociedade de consumo, as pessoas descartavam “a faca ou a tesoura estragada”, comprando um novo modelo nas lojas de variedades (*Diário Catarinense*, 01/05/1991, p. 3).

O contexto também afetou os alfaiates. No início da década de 1990, Nelson Vieira era um raro exemplo de quem ainda exercia a profissão em Florianópolis. Entrevistado pela jornalista que redigiu a matéria do 1º de maio, o trabalhador recordou “que, na época, o bom alfaiate tinha um status”, que foi “substituído pelas grifes famosas e lojas especializadas em roupas masculinas”. De acordo com Nelson Vieira, a categoria “já teve até uma associação”: “isto foi há 30 anos, mais ou menos, e havia um grande número de alfaiates. Decidimos criar nossa associação, onde discutíamos formas de melhorar as condições de trabalho e até estabelecíamos uma tabela de preços” (*Diário Catarinense*, 01/05/1991, p. 3). Fica implícito na matéria que construir uma associação e reivindicar a melhoria das condições de trabalho se tornaria uma prática obsoleta dentro de um curto espaço de tempo. As relações de trabalho do futuro próximo seriam outras e estariam ligadas ao dinamismo tecnológico da modernidade global e dos fluxos de capital que circulavam a distâncias desprezíveis no espaço e no tempo.

De modo semelhante, os barbeiros simbolizavam outra profissão que, se não quisesse sucumbir, precisaria passar por adequações. Na verdade, a advertência refletia os anúncios de equipamentos elétricos que explodiam nos espaços comerciais dos jornais, ofertando aos leitores as facilidades de aparar a barba na comodidade do próprio lar. As velhas barbearias da capital de Santa Catarina consistiam em um ponto de referência para muitos sujeitos, espaço de encontro e sociabilidade, de colocar a conversa em dia, de comentar os resultados esportivos do fim de semana e de se atualizar sobre as novidades da cidade. Ramiro Celso da Silva era um trabalhador que provia sua família com a renda lograda na profissão. Ele atendia diariamente por volta de 35 clientes no centro de Florianópolis. Dizia saber os gostos da maioria deles: alguns sentavam na cadeira de maneira peculiar, outros liam o jornal ou até mesmo cochilavam enquanto o barbeiro praticava suas habilidades (*Diário Catarinense*, 01/05/1991, p. 3). De acordo com a matéria da jornalista Mirela Vieira, todo esse arranjo corria perigo de virar uma simples recordação, uma lembrança remota transmitida às gerações futuras com ar de saudosismo.

A notícia do 1º de maio chamava atenção para os seguintes fatores: o avanço tecnológico estava criando novas relações entre o trabalhador e o tempo, da mesma forma, as benesses da tecnologia reconfiguravam gradativamente o mercado de trabalho. As mudanças iam muito além da automação industrial, pois chegavam até as mais básicas ocupações da vida cotidiana. A popularização da máquina de lavar elétrica, por exemplo, dispensava os serviços das lavadeiras. Nos morros de Florianópolis, no começo da década de 1990, ainda restavam algumas mulheres que trabalhavam pesado entregando roupas limpas para seus clientes. Maria Correia de Souza, uma das pessoas entrevistadas na matéria, lembrou do tempo penoso em que ingressou no trabalho: “eu tinha menos de 10 anos quando comecei a buscar as trouxas de roupas para minha mãe”. Apesar de não faltar dinheiro em casa, Maria enfatizava: “não quero filha minha lavando para fora o resto da vida” (*Diário Catarinense*, 01/05/1991, p. 3). Notoriamente, a tecnologia não eliminou por completo a profissão de barbeiro e de lavadeira, mas modificou profundamente o papel social dessas atividades. Hoje em dia é comum ver a expansão de barbearias que oferecem mais do que o elementar serviço de corte de cabelo e barba, a indústria da beleza promete “um estilo de vida” rebuscado, criando um lapso com a rotina na qual Ramiro Celso da Silva estava inserido. Por sua vez, pode nos causar surpresa ouvir falar atualmente nas lavadeiras em Florianópolis, contudo é necessário reconhecer que essa atividade está fracionada ou foi incorporada por outras prestações

de serviços, como é o caso das empregadas domésticas. De modo geral, a matéria delimita, mesmo que de maneira sutil, os elementos e valores que iriam balizar as relações de trabalho do futuro: o dinamismo, a flexibilidade, o domínio das funções básicas da tecnologia e a aptidão para enfrentar os desafios imediatos. Em contraposição, a matéria também fornece indicativos de quais características estavam associadas ao trabalho do passado e que deixariam de ser predominantes: a monotonia, as funções artesanais, as relações pessoais e os projetos de longo prazo.

A relação com o tempo é um componente central para se investigar a maneira como a imprensa percebeu novas fórmulas de trabalho e criou enredos para abrigar temporalidades dissonantes. É nesse hiato que reside a contribuição do arcabouço teórico proveniente da História do Tempo Presente (ROUSSO, 2016; DELACROIX, 2018). Para Homi Bhabha (1998, p. 23), “o presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa auto presença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias”. O simples ato de trabalhar é parte integrante da relação que os sujeitos mantêm com o tempo (THOMSPON, 1998, p. 267-348). Ao empregar as categorias envoltas do tempo histórico de Reinhart Koselleck, experiência e expectativa, é possível ter uma ideia desse vínculo. Para o autor, as duas categorias são constitutivas “da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã” (KOSELLECK, 2006, p. 308). Na preposição de Koselleck, o tempo histórico não é apenas algo imerso no vazio, pois há significados incluídos em cada temporalidade. Esses significados são modificados através da composição variável entre a experiência e a expectativa. Portanto, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSELLECK, 2006, p. 306).

De acordo com Koselleck (2006, p. 14), para se perceber o tempo histórico no cotidiano basta olhar as cicatrizes entrepostas nos prédios, nas construções, nos meios de transporte. “Por fim, que contemple a sucessão das gerações dentro da própria família, assim como no *mundo do trabalho*”. São nesses lugares “nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe”. Logo, o tempo histórico “está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações”, ambas “têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio” (KOSELLECK, 2006, p. 14).

O dinamismo da década de 1990 gerou diferentes estímulos em um país que estava propenso a manter inúmeras formas de conexões globais próprias do final do século XX. Na cidade de Florianópolis, o ritmo temporal do “novo” se entrelaçava com experiências cadenciadas da população local. Em agosto de 1993, o *DC* publicou uma matéria sobre o tédio reinante em atividades laborais que caminhavam às margens de um ritmo de trabalho acelerado e repleto de desafios. O texto pontuava que “trabalhadores de diversas áreas” enfrentavam “uma rotina monótona”, como a do fiscal Pedro Pereira. “Aos 65 anos, ele” começava a “trabalhar às 5h:30min numa cabine 4x4 metros como fiscal do núcleo de transportes de Florianópolis”. Sr. Pereira passava “o tempo todo com uma caneta e papel na mão anotando o número dos ônibus e a hora da saída dos veículos”. Mas o fiscal não reclamava do seu expediente, queixava-se apenas da “falta de condições de trabalho”: “além de não termos banheiro, trabalhar aqui no verão é um inferno, de tão quente”, alegava (*Diário Catarinense*, 08/08/1993, p. 36).

O tempo também passava vagarosamente no trabalho de Marilene dos Santos. Contratada em um prédio de Florianópolis, a ascensorista cuidava da função mecânica do elevador. Sua rotina de trabalho consistia em coordenar por seis horas diárias as subidas e descidas do equipamento de transporte. “Apesar de assumir que gostaria de fazer um serviço mais dinâmico”, Marilene tinha apreço pela profissão: “é um trabalho que dá para fazer muita amizade. A gente acaba conhecendo

todo mundo que trabalha no prédio”. Porém, segundo a matéria, as poucas alternativas do ofício tornavam maçante a recompensa de um salário e meio. Assim também ocorreu com o ex-agricultor Ênio Zaitz. Proveniente do município de Rio do Sul, o trabalhador migrou para a capital com o objetivo de atuar como assessor de propaganda, mas ficou frustrado ao se deparar com uma rotina fatigante e pouco promissora. Durante oito horas, Ênio distribuía no calçadão da rua Felipe Schmidt cartões comerciais de lojas que buscavam divulgar produtos e serviços (*Diário Catarinense*, 08/08/1993, p. 36). Todos os relatos exemplificados na matéria servem para reforçar, ainda que parcialmente, o cenário que se fazia presente pela linha editorial do *DC*, no qual cada vez mais os trabalhadores teriam que lidar com as novas exigências trazidas pela expansão da tecnologia em que a aptidão criativa dos indivíduos deveria prevalecer. Ao invés de ritmos pouco estimulantes que simbolizavam um tempo que deixaria de existir, as representações sociais sobre as novas relações de trabalho que estavam sendo esboçadas naquele momento destacavam a capacidade de improviso e a eficiência requeridas para o futuro do trabalho.

As novidades durante a década de 1990 vieram revestidas de incontáveis propagandas e ensejos por uma vida introduzida à modernidade global. A expansão da tecnologia por meio dos dispositivos eletrônicos e da sociedade de consumo fica evidente pelos múltiplos anúncios nos espaços comerciais dos jornais analisados. Havia ofertas de computadores com 02 MB de RAM e HD de 40 MB, TV tela plana, Vídeo VHS, telefones multifrequencial e sem fio. Segundo Mello e Novais (1998, p. 656), nesse período “a difusão do individualismo de massas, especialmente pela televisão, acelerou-se muito, nas novelas, nos filmes, nos programas infantis”, conseqüentemente “a identificação do valor” humano “à quantidade e à qualidade do consumo” se impôs “esmagadoramente, entre ricos, remediados e pobres”. Esses elementos afetaram diretamente os jovens, porém o consumo tinha o poder de acentuar os abismos sociais. O adolescente morador do Morro da Caixa, em Florianópolis, Fabrício Souza, “mesmo sem dinheiro” não cansava de “consultar as vitrines para se manter atualizado sobre os novos lançamentos da Nike, Le Coq e Adidas”. Em condições totalmente opostas, a jovem Mariana Andrade D’Éla Neves, filha de desembargador e residente da Beira-Mar Norte, bairro nobre da cidade, olhava as “roupas de marca” nas vitrines e tentava “convencer a família a liberar mais grana”. As expectativas eram diametralmente distintas a depender do arranjo social que cada sujeito estivesse inserido. Enquanto Fernanda Ciribelli preparava-se “para enfrentar o próximo vestibular”, Vandei Souza, de 16 anos, trabalhava oito horas por dia em uma lanchonete, com isso não tinha “grandes pretensões” e preferia “investir o que” sobrava “do esquálido salário em roupas novas, sem se preocupar com a etiqueta”. Os valores individuais cativavam muitos jovens que não acreditavam “na felicidade a longo prazo”, abominavam “a corrupção e apontavam “a inflação como inimiga número um dos brasileiros” (*Diário Catarinense*, 15/08/1993, p. 38), muito embora estivessem dispostos a exercer a cidadania através do consumo (HERMANN, 2019).

A cada dia, a sensação era a de que as informações circulavam de forma mais rápida e abrangiam um maior número de pessoas. Em novembro de 1990, a Teleplan criou o “projeto de telefone celular” para automóveis. A empresa catarinense passou “a ser a primeira do país a deter a tecnologia trazida dos EUA” (*Diário Catarinense*, 05/11/1990, p. 16). Anos depois, o *DC* publicou a seguinte matéria: “celular se populariza e já serve 190 mil catarinenses”. A Telesc “levou três meses para negociar as primeiras 500 linhas de celular em Florianópolis”. Em meados de 1993, “o aparelho era visto como moda cara, objeto de luxo, um bicho estranho e complicado de fazer funcionar”. Não obstante, o aparelho “caiu de vez no gosto de Santa Catarina a partir do final de 1994”. Enquanto “a média nacional” era de dois usuários a cada 100 habitantes, o estado catarinense chegava na média de cinco usuários a cada 100 habitantes (*Diário Catarinense*, 04/05/1995, p. 40).

Segundo a matéria do *DC*, o artefato eletrônico alterou a rotina de trabalho do pintor Irazê Fonseca, que atuava naquele momento no sul da Ilha de Santa Catarina, mais especificamente no

bairro do Campeche. Apenas 5 meses utilizando celular foram suficientes para ele notar as mudanças: “desde então, não fico mais parado. Antes, os clientes tinham dificuldades para me localizar. Hoje, eles me acham em qualquer lugar”, relatava. A matéria do *DC* ainda sugeria que “o celular se popularizou tanto em Florianópolis” que se tornou “ferramenta de faxineiros, *baby sitters*, frentistas, pintores”. O impacto do aparelho era visível em inimagináveis situações. Genésio e Sônia da Silva, o homem pedreiro e a mulher babá, garantiam que o equipamento aumentou o volume de serviços, bem como o rendimento do casal. Já a faxineira Claire De Luca, apresentava-se “nos classificados dos jornais” como uma pessoa “dinâmica e caprichosa”, assegurando ao cliente “um bom resultado” (*Diário Catarinense*, 04/05/1995, p. 40). A aquisição do equipamento, porém, achava-se restrita, pois os preços e as tarifas impossibilitavam o alcance do artefato para a maior parte da população.

O imaginário das novidades raiava de diversas formas. Em notícia de 1992, celebrava-se a chegada de lojas que funcionavam 24h na capital catarinense. Os estabelecimentos, comumente mercearias e butiques de conveniência, contavam com o investimento massivo de microempreendedores. A atividade oferecia aos clientes maior maleabilidade na compra de produtos que porventura estivessem faltando em casa. O jornal associava esses aspectos aos “novos tempos” da modernidade global, como indica os dizeres no canto superior esquerdo de uma notícia que circulou na seção *Geral*, na qual aproximava tal iniciativa aos traços do “Primeiro mundo” (*Diário Catarinense*, 14/03/1992, p. 15). No entanto, os ritmos temporais que se entrecruzavam nas páginas dos jornais prometendo um contexto movido à dispositivos eletrônicos e à circuitos computacionais com o avanço tecnológico e a chegada de relações cotidianas mais flexíveis, foram se estabelecendo na vida das pessoas sob muitas contradições e incertezas.

É fato notório que as idas e vindas da conjuntura econômica durante o governo de Fernando Collor criaram ainda mais instabilidade no país. Logo ao tomar posse, o novo presidente decretou um plano anti-inflacionário e congelou os ativos de poupança da população. Não tardou para o país entrar em quadro recessivo. Segundo Singer (2014, p. 220), em 1990 “o governo federal teve superávit” e “isto representou um corte violento da demanda efetiva, que fez a economia mergulhar numa crise de superprodução”, o que provocou concordatas e resultou no aumento do desemprego. Em maio de 1991, o *DC* em seu caderno de *Economia* anunciava o crescente número de desempregados no comércio em Santa Catarina, assim como a procura por seguro desemprego (*Diário Catarinense*, 01/05/1991, p. 17). Em março de 1992, constatava-se a redução de trabalhadores nas indústrias catarinenses (*Diário Catarinense*, 21/03/1992, p. 15). A crise do início da década de 1980 exprimia apenas o prelúdio do que viria nos anos 1990, mas com um novo agravante: o empobrecimento brutal de camadas vulneráveis da sociedade (NAPOLITANO, 2006, p. 105-122).

O futuro do trabalho compartilhado pelos interlocutores do corpo editorial da empresa de jornalismo chocava-se com uma sociedade estruturalmente desigual, em que os meios de inserção no mercado de trabalho viriam a se somar com a precariedade dos que dependiam de qualquer oportunidade de emprego, mesmo que na informalidade. Na década de 1990 um “novo tipo de pobreza” se instaurou nas cidades brasileiras como “resultado da política macroeconômica”, cuja característica principal foi a “desorganização do parque industrial” para “abertura indiscriminada do mercado nacional aos produtos estrangeiros, representando o abandono da política substitutiva de importações e de uma estratégia de desenvolvimento nacional”. O enfraquecimento do mercado interno fez aumentar o desemprego e a informalidade, gerando a precarização do trabalho com vínculos frágeis e o rebaixamento salarial. Todos esses fatores ajudam a explicar a modificação da estrutura urbana de cidades como Florianópolis. Já na década de 1980, percebe-se na capital catarinense “a expansão de assentamentos irregulares” e a “formação de áreas carentes”, sobretudo na região dos morros. Apesar disso, o “alastramento da pobreza urbana” ocorreu com maior intensidade nos anos de 1990. Os movimentos migratórios passaram a evidenciar o “afluxo

de famílias sem perspectivas de inserção urbana”. Em Florianópolis, a “nova pobreza” era resultado da “combinação de baixas oportunidades de emprego e de ascensão social futura”. Por conseguinte, “a precarização das relações trabalhistas, o aumento do desemprego e a diminuição sistemática da massa salarial substituíram processos de formação de bairros de baixa renda por ocupações irregulares” (PIMENTA, 2003, p. 3336-3345).

A afirmação dos espaços carentes de infraestrutura urbana, decorrente do descaso do poder público, facilitou a propagação da violência. Pequenos bolsões de miséria tornaram-se lugares “privilegiados” para a expansão do tráfico de drogas, dos furtos e do desalento. Em 1992, o título de uma matéria do *DC* dizia o seguinte: “Delitos crescem e esperança diminui” (*Diário Catarinense*, 22/03/1992, p. 20). A notícia abordava a questão do “menor infrator”, porém a frase tinha outros significados e chamava atenção para problemas concretos que ganhavam proeminência no dia-a-dia dos catarinenses. Os jornais presenciaram o crescimento da violência urbana com certa primazia, dedicando inclusive um caderno diário aos acontecimentos policiais. O jornalismo policial do *DC* narrou histórias que mais pareciam epopeias, que iam de assassinatos mirabolantes à roubos praticados à luz do dia.³ Segundo Alba Zaluar (1998, p. 246-247), a violência foi incorporada “nas práticas informais, pertencentes ao campo dos acordos tácitos da vida cotidiana, que não são explicitadas em nenhum código, mas gozam do aceite das pessoas nas suas interações sociais, adquirindo a invisibilidade do que é ‘natural’ ou habitual”. Para além disso, o “novo tipo de pobreza” suscitou a produção de extensas matérias na imprensa, que não deixavam de estar associadas à corrosão do trabalho durante a década de 1990 no Brasil.

“O endereço da degradação na capital”, este foi o título de uma intrigante reportagem publicada, em setembro de 1991, na seção *Geral* do *Diário Catarinense*. No centro, dividindo as duas páginas, há uma foto ilustrando certa mulher anônima, com aquela que possivelmente seria sua filha; sentada no carrinho de mão, ao lado esquerdo, estava posicionada outra criança.⁴ O texto escrito por Nume Teixeira, que circundava a imagem, expõe para o público leitor do jornal as “condições miseráveis” de muitas famílias sem moradia que sofriam com a falta de saneamento básico, água potável, energia elétrica e alimentação. No bairro Monte Cristo, região da Grande Florianópolis, os barracos cobertos com lonas de plástico abrigavam “mulheres grávidas, velhos doentes e crianças”. As condições insalubres dessas pessoas impactaram o olhar da jornalista: “durante o dia as moscas varejeiras invadem a comida que preparam. À noite, além do frio, chuva e vento, os ratos percorrem os barracos, sem nenhuma infraestrutura. A falta de saneamento básico é um foco de doenças como a leptospirose e sarna”, relatava a matéria (*Diário Catarinense*, 08/09/1991, p. 26-29). Na ausência de políticas públicas do governo de Santa Catarina e da Prefeitura Municipal para solucionar o déficit habitacional do estado, a jornalista procurou narrar histórias de pessoas comuns, cuja luta constante por um pedaço de terra e pela sobrevivência merece ser brevemente retratada.

A aflição dos habitantes da região do Monte Cristo estava ligada à falta de perspectivas no trabalho, bem como ao desemprego e aos instáveis vínculos empregatícios. A grávida Doraci Garcia, de apenas 20 anos de idade, temia profundamente os temporais, pois já tinha perdido o seu barraco no ano anterior devido ao mau tempo. Oriunda do município de Rio do Sul, ela não queria

³ É evidente que muitas notícias policiais apelavam para o sensacionalismo. Gradualmente as notícias envolvendo tal tema viraram um mote central para vender jornais, pois despertava a curiosidade da população.

⁴ As fotos estampadas nos jornais que retratam o objeto desta pesquisa mereceriam uma análise pormenorizada. A fotografia mudou a forma como o público leitor se relaciona com as notícias. Segundo Ana Maria Mauad (2006, p.365-384), a imagem “diferentemente do texto escrito, chega de forma mais direta e objetiva à compreensão, com menos espaço para dúvidas, pois o observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia nos próprios olhos”. Ainda de acordo com a autora, cabe ao historiador um papel decisivo no exame desses documentos: “ao ocupar-se da narrativa histórica constituída pelas fotografias de imprensa, o historiador não pode situar-se como mero espectador dos fatos passados, tomando tais imagens como janelas que se abrem aos acontecimentos. Ao contrário, há de se posicionar criticamente em relação às operações conceituais e práticas que envolvem a produção, a circulação, o consumo e o agenciamento das fotografias de imprensa pelos sujeitos envolvidos em tais operações: fotógrafos, editores, jornalistas, público etc.”.

que seu bebê nascesse naquela situação. Doraci não trabalhava e contava apenas com o salário de seu marido, um servente de pedreiro, cujos proventos chegavam aproximadamente em “Cr\$ 15 mil por quinzena”. A maioria das pessoas que estavam acampadas no Monte Cristo era natural de outros municípios do estado, portanto, necessitavam de aluguel, mas a circunstância econômica desfavorável fez em algum momento o preço mensal do imóvel ficar impagável e os locatários precisaram ser desalojados, como a faxineira Adelir de Jesus. Aos 33 anos, a mulher nascida em Imbituba já estava na capital catarinense há uma década. A faxineira sempre dependeu de aluguel, vivia com a filha de 7 anos e passava por dificuldades para conseguir elementos básicos de higiene como água e banheiro. De forma similar, o vigilante desempregado, Valmir José Sobrinho, “foi despejado da casa de aluguel onde morava com a mulher e os três filhos, na Barra do Aririú”. Enquanto Valmir cuidava do “barraco com medo de demolição”, quem conseguia manter uma renda mínima era a sua esposa.

O cotidiano árduo de trabalho, enfrentado com afincos por mulheres e homens, aumentava a esperança por tempos melhores, ainda que as infelicidades pressagassem um caminho tortuoso demais para se alcançar a dignidade humana. As batalhas ordinárias da vida são simbólicas como em um dia qualquer de trabalho. Mara Zilda Velasque, proveniente de Lages, começava os compromissos logo cedo e só terminava por volta das 22h30min. A sua presença no acampamento do bairro Monte Cristo somava apenas dois meses, período suficiente para o acúmulo de preocupações e ansiedade. Mara tinha serviço fixo de faxineira no centro de Florianópolis, recebia a quantia equivalente a meio salário mínimo, valor aquém do necessário para construir uma vida razoável e sustentar os cinco filhos. “No barraco”, quando não chovia, “as crianças” levantavam “muito cedo”, o “café da manhã não” tinha variedade: “é café ralo preto e pão sem mistura”. Como muitas mulheres de bairros periféricos, a faxineira optou por seguir uma sina solitária, já que havia se separado do ex-marido, afetado pelo vício do álcool. Mara tentava ao máximo conciliar o expediente de trabalho com o cuidado dos filhos e da mãe, dizia preferir “criar os filhos passando dificuldades do que” ter “a presença incômoda do pai” (*Diário Catarinense*, 08/09/1991, p. 26-29).

A ocupação dos lotes de terra se expandiu acentuadamente na região da Grande Florianópolis durante a década de 1990 (CANELLA, 2016). Entre a Rua Tamandaré, no bairro Coqueiros, e a Via Expressa, em questão de cinco anos as moradias improvisadas tomaram conta das margens da rodovia. Boa parte dos sujeitos inseridos em tais condições alegavam “ter cansado do pouco incentivo dado ao pequeno agricultor”, então resolveram “apostar que, na cidade, uma vida mais digna aguardava a todos”. O relato a seguir merece atenção:

Adolfo Celso Rutzel, 40 anos, 10 filhos, saiu de Chapecó, em 1988, carregando debaixo do braço seis deles, a mulher e algumas trouxas de roupa. Antes disso, uma rápida visita a Florianópolis mostrou que as economias como plantador de milho e feijão – na época NCz\$ 6 mil – eram suficientes para fazer com que esse recém-contratado vigia, com salário de NCz\$ 500,00 mensais, viesse a ser dono do barraco número nove daquela comunidade que crescia a todo vapor. Adolfo conseguiu algumas tábuas e deu um jeito de construir um banheiro. A madeira, desprezada por grandes obras, atualmente está sendo transformada em um estrado de cama de casal, já que os oito moradores do cômodo de duas peças, até então, eram obrigados a se contentar com revezar dois colchões de solteiro. Por mais que admitam a dificuldade de se viver em casas frias, cheias de frestas, sem água ou luz, poucos pensam em voltar para a terra de origem. Acreditam, isso sim, na boa vontade da população, que faz doações das mais diversas, e no dever da Prefeitura Municipal em melhorar suas condições de vida. Enquanto as ações oficiais são adiadas, a comunidade se organiza. Constituiu uma associação de moradores, presidida por José Nelson da Luz, 27 anos de idade, responsável, ainda, por ter puxado o único cano d’água que serve apenas parte da favela (*Diário Catarinense*, 08/06/1990, p. 9).

Apesar de toda precariedade, os “sem-teto” lutavam por direitos básicos e pelo acesso ao meio urbano. Trivialmente essas pessoas eram provenientes de outros municípios, como Adolfo Celso Rutzel. As dificuldades enfrentadas na zona rural fizeram da cidade uma alternativa atraente para levar uma vida melhor, mesmo que isso significasse ocupar espaços desprovidos de qualquer

tipo de estrutura. Ainda assim, os habitantes da Rua Tamandaré construíram laços de solidariedade, como deixa comprovado a formação da associação de moradores no local. O associativismo objetivava reunir forças em torno de demandas simples como o acesso à energia elétrica. As histórias de Adolfo Celso Rutzel e José Nelson da Luz, ilustram “apenas um entre os cerca de 20 bolsões de pobreza” detectados na “região da Grande Florianópolis” no início da década de 1990. “Cansados de esperar por uma solução do poder público, esses núcleos resolveram se organizar e deram origem ao chamado movimento dos sem-tetos” (*Diário Catarinense*, 08/06/1990, p. 9), para tanto contaram com o auxílio dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, defensores das demandas por moradia popular.

Por outro lado, os representantes dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais travavam uma longa batalha para postergar as responsabilidades sobre a inserção daquelas pessoas no espaço urbano. O procurador do DNER, Carlos Rodolfo Pinto da Luz, disse o seguinte: “a solução deve partir da Prefeitura Municipal, já que ela é, ou pelo menos deveria ser, a principal interessada no embelezamento de uma das principais entradas da cidade” (*Diário Catarinense*, 08/06/1990, p. 9). Enquanto o procurador achava importante esconder o problema, haja vista que ter residências com feições de pobreza na rota de Florianópolis poderia colocar em destaque as contradições de uma cidade cuja economia dependia do turismo, as pessoas alocadas nessa situação seguiam a luta para sobreviver.

Não raro o conflito emergia com a ameaça de despejo emitido por ordem judicial, como aconteceu no parecer envolvendo a residência erguida pelo pedreiro João Cabral, nas imediações da Beira-Mar Norte. No dia em que a família viu seus poucos bens caírem por terra, houve desespero, choro, tensão e revolta. Os desabrigados, muito provavelmente, acabaram de mãos atadas sem saber para onde ir. Em nota, o jornal cobriu a ação:

Com o auxílio de 30 homens do 4º Batalhão da Polícia Militar, o oficial de Justiça Vicente Silva fez valer, no final da tarde de ontem, a liminar que, desde a última quinta-feira, lhe dá sinal verde para coordenar a derrubada de dois barracos erguidos em terreno de propriedade de Adolfo Rocca Neto, na Beira-Mar Norte. A área, onde as habitações e os processos por invasão se multiplicam diariamente, já conta com cerca de 300 moradores que deverão, mais cedo ou mais tarde, ter o mesmo fim da família do pedreiro João Cabral, 38 anos, e de sua cunhada Marilva de Lins, recém-chegada de Lages com o marido e a filha de dois anos (*Diário Catarinense*, 14/08/1990, p. 8).

Todos os exemplos reportados apresentam alguns traços em comum, com destaque, em primeiro lugar, para o acesso à moradia dos migrantes na capital catarinense. É preciso frisar que esses sujeitos estavam submetidos a relações precárias de trabalho, pois preenchiam as vagas de vigias, serventes, pedreiros e faxineiras, isto quando não endossavam as taxas de desemprego aberto. As narrativas do *Diário Catarinense* criaram um tom ambíguo na produção de notícias sobre o tema. As condições adversas dos ocupantes do bairro Monte Cristo ou da Rua Tamandaré provocaram perplexidade nos jornalistas que escreveram as matérias, levando os profissionais do ramo a focar em ricas histórias de vida. Mas, a julgar pelo título de um dos textos, percebe-se a sutileza do estigma: “o endereço da degradação na capital”. Um dos sentidos da palavra “degradação” está intrínseco aos aspectos de declínio moral, aviltamento e desvalorização. De forma tênue esse tipo de matéria oferece a possibilidade de interpretação pejorativa no espaço público, onde os “bolsões de miséria”, formados por pessoas de outros municípios, causavam prejuízos ao tecido social e à estrutura urbana não só de Florianópolis, mas também de outras cidades do estado.

Uma série investigativa que circulou pelo *DC* no final de 1990, chamada de “os migrantes catarinenses”, reproduziu o imaginário da legião de “desempregados”, provenientes de outros municípios, que amedrontava as autoridades locais. Ao longo da reportagem foram ressaltadas as dificuldades de inserção dessas pessoas nos centros urbanos por conta da falta de habitação, do

subemprego e dos baixos salários. A segunda rodagem da série teve início com a seguinte comparação: “de alguma maneira várias cidades de Santa Catarina se assemelham às superpopulosas e insalubres metrópoles norte-americanas do futuro, no melhor estilo *Blade Runner*”.⁵ Entretanto, “ao invés de androides caçados no filme, as prefeituras catarinenses” procuravam por migrantes sem “qualificação profissional”. Em Chapecó, o poder local criou “uma espécie de brigada motorizada” que tinha a missão de “localizar e repatriar indesejáveis visitantes”. A cidade recebia mão-de-obra “desqualificada” do Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul. A secretária de Promoção Social do município, Ulda Baldissera, acusava os prefeitos vizinhos de financiarem ônibus para enviar pessoas até Chapecó. Essa demanda, segundo ela, empobrecia a cidade e rebaixava o salário dos trabalhadores locais, além de representar “um ônus para os serviços de assistência”. Em Palhoça ocorreu algo semelhante: o prefeito Paulo Roberto Vidal mostrou-se apreensivo “com a chegada de uma média de oito famílias por dia”. Segundo o prefeito, a leva de pessoas dificultava a abertura do polo industrial no município por meio do investimento de empresas. Os 4 mil empregos que seriam gerados naquele semestre do ano deveriam ser ocupados por gente que já morava na cidade. Na avaliação de Vidal, a oferta de vagas aumentava “o fluxo migratório procedente de outros estados” (*Diário Catarinense*, 12/11/1990, p. 18).

Em Blumenau, “a preocupação com os resultados” que poderiam ser ocasionados “pela entrada de uma média de 250 pessoas” ao mês exigia do prefeito Victor Sasse medidas preventivas. Segundo o mandatário, a cidade havia alcançado seu ponto máximo de industrialização e, desse modo, os migrantes acarretariam “problemas de infraestrutura e de moradia” (*Diário Catarinense*, 12/11/1990, p. 18.). A série investigativa tratou de apresentar um perfil bem coeso e definido dos migrantes. Em cidades como Joinville, Chapecó, Florianópolis e Blumenau,

[...] a palavra migração está definitivamente associada à chegada de caravanas de miseráveis. Expulsos pela mecanização das lavouras, pela descapitalização das pequenas propriedades rurais e pela quase absoluta ausência de indústrias nas pequenas cidades, o ex-agricultor migra atraído pelas luzes de conglomerados urbanos como Joinville, Blumenau, Chapecó, Lages e Florianópolis. Como a cidade que ele procura não se preocupa em fornecer formação profissional, sua sobrevivência quase sempre é obtida no mercado de trabalho informal, ainda mais em tempos de recessão [...] (*Diário Catarinense*, 13/11/1990, p. 19).

O ex-agricultor de Herval do Oeste, Itamar Ferreira, julgou ser melhor viver em Florianópolis do que padecer de fome na antiga cidade. “Sem especialização alguma, e sem ter onde morar”, ele conseguia ganhar “Cr\$ 25 mil por mês à custa de muito trabalho”, pois se redobrava em duas tarefas profissionais. Das 11 às 19 horas prestava serviços em uma lanchonete e depois, das 19 horas até meia-noite, completava seu expediente como vigia. A movimentação de pessoas sem o devido aperfeiçoamento para angariar posições favoráveis no mercado de trabalho, segundo a reportagem, ameaçava a qualidade de vida das principais cidades catarinenses. Parece ser pertinente a reflexão proposta por E.P. Thompson em um contexto completamente diferente. Na segunda parte de “*A formação da classe operária inglesa*”, a respeito das relações entre a zona rural e o ambiente urbano o autor afirma em seu objeto de estudo que “a Revolução Industrial, que removeu do campo algumas das suas atividades típicas, destruindo o equilíbrio entre a vida urbana e rural, criou também uma falsa imagem de isolamento e ‘idiotismo’ rural”. Na verdade, segundo Thompson, “a cultura urbana na Inglaterra, durante o século XVIII, era mais ‘rural’ (na sua conotação usual), e a cultura rural, mais rica do que frequentemente se supõe” (THOMPSON, 2012, p. 237). Longe de querer cometer qualquer tipo de anacronismo e levando em conta as especificidades da conjuntura retratada pelo autor britânico, o que nos interessa é que Thompson refuta a ideia na qual o “rural”

⁵ *Blade Runner* é um filme de ficção científica dirigido por Ridley Scott, em 1982. O enredo futurista da produção aborda a chegada do ano de 2019 em Los Angeles, passando a ideia de uma cidade refém da poluição, do consumismo e de novas formas de colonização.

e o “urbano” compõem experiências e costumes totalmente fechados em si. Dada a formação histórica de Santa Catarina, assim como os processos transcorridos entre as décadas de 1980 e 1990, há evidências que confirmam as trocas entre o “rural” e “urbano”, mostrando que tais relações eram muito mais fluidas e dinâmicas do que estáticas, como apregoava a reportagem investigativa do *Diário Catarinense*.

“O empresário do setor de informática” ouvido pelo *DC*, Maximiano Gonçalves, mostrava-se preocupado com o futuro de Florianópolis, e acreditava que deveria existir algum tipo de mecanismo a fim de “resguardar” a “migração desordenada”, pois ela acabaria “afetando a qualidade de vida de toda cidade” (*Diário Catarinense*, 13/11/1990, p. 19). Cabe ao historiador, no entanto, ultrapassar as fronteiras da narrativa impressa. Por trás de tal reportagem há um forte componente de “classe”. O próprio empresário entrevistado era migrante, porém bem-sucedido, já que administrava “seis empresas de um conglomerado” liderado pela “Fenasoft Feiras Comerciais” de São Paulo. Na série investigativa que circulou no jornal, ao contrário de pessoas como Doraci Garcia, Adelir de Jesus, Valmir José Sobrinho, Mara Zilda Velasque, Adolfo Celso Rutzel e João Cabral, o empresário Maximiano Gonçalves jamais colocaria em risco a “imagem” da capital catarinense, muito menos desvelaria as contradições dos principais municípios do estado. A figura do empresário estava em conformidade com o conceito de cidade defendido nos meios de comunicação. Os demais migrantes, por outro lado, personificavam os aspectos de um “terceiro-mundismo” que deveria ser superado e deixado no passado.

Retirantes da pobreza e inseridos na informalidade, os migrantes representavam, àquela altura, um empecilho à tão sonhada ideia de modernidade global defendida com entusiasmo pela linha editorial do *Diário Catarinense*. A “degradação” dos centros urbanos e a difusão das desigualdades sociais impossibilitavam a marcha para o “Primeiro Mundo”, objetivo utópico nutrido por parcela significativa dos empresários de Santa Catarina. Entre as tramas descritas nos jornais, nota-se a presença de alguns padrões que permearam as práticas discursivas ao longo da década analisada. Em primeiro lugar, utilizava-se como justificativa os elementos externos quando os conflitos derivados de problemas internos ganhavam maiores dimensões. Desse modo, quase que automaticamente, os contratempos das cidades catarinenses recaíam sobre os migrantes, de maneira que não poderiam ser explicadas pela falta de investimentos na área da saúde, educação, infraestrutura e pela expansão dos direitos sociais. Da mesma forma, as greves ou a mobilização das classes trabalhadoras eram ligadas à ação de agentes externos, com a articulação de sindicalistas “impetuosos” vindos de outros lugares do país, pois em tal imaginário o trabalhador catarinense era “ordeiro” e estava alheio a qualquer tipo de radicalização. Em segundo lugar, havia a tentativa de resguardar a imagem de um estado pioneiro, que refletia o comportamento de seus empresários, no qual o “espírito empreendedor” seria a vanguarda da chegada ao “Primeiro Mundo”.

A década de 1990 trouxe para o espaço público indícios de uma sociedade que passava por mudanças, e de um estado que ficava mais complexo devido à reconfiguração social e espacial de suas principais cidades. As ruas de Florianópolis, por exemplo, receberam novas fisionomias com a expansão da informalidade. Os vendedores ambulantes, camelôs e cambistas “começaram a surgir mansamente e aos poucos foram proliferando até transformarem as transversais do centro num grande comércio formiga”. A agitação e a venda de produtos como brinquedos, bijuterias, relógios, rádios, roupas e bilhetes de loteria, perturbava os lojistas. O vice-presidente do CDL chegou a levar uma série de reclamações ao prefeito Antônio Henrique Bulcão Viana, alegando o seguinte: “entendemos que é um comércio ilegal, que não recolhe imposto. Outro problema é a grande proliferação que vem acontecendo de uns tempos pra cá. O pedestre não tem mais livre trânsito porque eles tomaram conta das calçadas e das ruas” (*Diário Catarinense*, 29/11/1990, p. 22). A recessão e o desemprego eram as causas do trabalho informal, que invadia as veredas centrais de Florianópolis. Os ambulantes compartilhavam espaço com pessoas que levavam a vida através de atividades ilegais, como o jogo do bicho e o câmbio. “M.P.M, um dos mais antigos

doleiros da rua Felipe Schmidt” “trabalhava como garçom”, mas o expediente noturno o impedia de “cuidar direito da família”, então resolveu virar doleiro. Quem escolhia entrar para o ramo deveria seguir um código de ética rígido. J.C.L afirmava que “na Felipe, marginal não se cria”. A doleira D.C.P apontava o desemprego como o “primeiro responsável pelo aumento do número de doleiros na principal rua de Florianópolis”. L.R., que trabalhava como comissionada para uma cambista no calçadão, havia sido despedida a pouco tempo do setor industrial e sobrevivia às custas da troca de dólar (*Diário Catarinense*, 08/02/1992, p. 18).

Os sentidos acerca da palavra “trabalho” eram dissonantes e pulverizaram-se nas páginas dos jornais durante a primeira metade da década de 1990. Por consequência, é possível deduzir que parte dos trabalhadores não lutaram somente contra o avanço tecnológico, pois precisaram se adequar a taxas crescentes de desemprego, com o aumento da informalidade e com vínculos cada vez mais precários de trabalho (RAMOS, 2002). Segundo Ricardo Antunes (2011, p. 405-419), “a informalização do trabalho” é “um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos nossos dias”. O autor procura compreender distintos modos de ser na informalidade. Embora essa condição não seja “sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização”.

As notícias da imprensa comprovam os contrastes sociais que trouxeram a lógica da precarização do trabalho para as manchetes. Além do enredo formulado ante a expectativa da chegada do Brasil aos ditames da modernidade global, no qual Santa Catarina supostamente poderia servir como modelo, as notícias e as linhas de opinião do impresso analisado indicam a incipiente difusão de alguns valores culturais do chamado “novo capitalismo”. Segundo Richard Sennett (2008, p. 12), “a fragmentação das grandes instituições deixou em estado fragmentário as vidas de muitos indivíduos” e a relação familiar “se viu desorientada pelas exigências do trabalho; a migração tornou-se o verdadeiro ícone da era global, e a palavra de ordem é antes seguir em frente que estabelecer-se”. Os valores do novo capitalismo estavam entrelaçados no DC com os anseios, fomentados pelas elites políticas e empresariais catarinenses, de inserir o país na rota do “Primeiro Mundo”, adequando o modelo de desenvolvimento econômico ao projeto da livre iniciativa e vislumbrando novos valores para o futuro do trabalho. Ainda de acordo com Richard Sennett, no que se refere ao trabalho, o novo capitalismo mostrou-se desagregador, haja vista que o sistema demandava (e ainda demanda) um trabalhador ideal e volátil aos novos tempos, que precisaria se ajustar a pelo menos três desafios:

O primeiro diz respeito ao tempo: como cuidar de relações de curto prazo, e de si mesmo, e ao mesmo tempo estar sempre migrando de uma tarefa para outra, de um emprego para outro, de um lugar para outro. Quando as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo, o indivíduo pode ser obrigado a improvisar a narrativa de sua própria vida, e mesmo a se virar sem um sentimento constante de si mesmo. O segundo desafio diz respeito ao talento: como desenvolver novas capacitações, como descobrir capacidades potenciais, à medida que vão mudando as exigências da realidade. Em termos práticos, na economia moderna, a vida útil de muitas capacitações é curta; na tecnologia e nas ciências, assim como em formas mais avançadas de manufatura, os trabalhadores precisam atualmente se reciclar a cada período de oito ou dez anos. O talento também é uma questão de cultura. A ordem social que vem surgindo milita contra o ideal do artesanato, de aprender a fazer bem apenas uma coisa, compromisso que frequentemente pode revelar-se economicamente destrutivo. No lugar do artesanato, a cultura moderna propõe um conceito de meritocracia que antes abre espaço para as habilidades potenciais do que para as realizações passadas. Disto decorre o terceiro desafio, que vem a ser uma questão de abrir mão, permitir que o passado fique para trás. A responsável por uma empresa dinâmica declarou recentemente que ninguém tem o emprego garantido em sua organização e, particularmente, que os serviços prestados não significam garantia de perenidade para nenhum empregado (SENNETT, 2008, p. 13-14).

A cultura do novo capitalismo, expressa em parte pelo predomínio do “individual” sobre o “coletivo”, passou a exigir a adaptação dos trabalhadores a um presente cujas condições sociais têm como ponto de partida a instabilidade e a fragmentação. Richard Sennett fala das implicações

desse processo nos países ditos de economia central e que passaram por um estado de bem-estar social. Seria um tanto óbvio imaginar as consequências práticas desse enredo em um país no qual o trabalho é marcado pela superexploração e pela precariedade proveniente de relações construídas historicamente. No caso de Santa Catarina, as ideias e projeções que circularam na imprensa parecem não ter levado em conta uma incógnita básica: não havia como sair do “terceiro-mundismo” sem oferecer as condições mínimas para a expansão do trabalho estável. Atualmente, a aplicação de ideais semelhantes aos que foram difundidos em torno do futuro do trabalho nas páginas do *Diário Catarinense* na década de 1990 tem mostrado a gravidade, e até mesmo a perversidade, de se aliar flexibilização e precariedade em uma sociedade estruturalmente desigual.

Considerações finais

Este artigo é resultado de uma análise empírica que tentou apresentar por meio de um jornal impresso de Santa Catarina as representações acerca dos mundos do trabalho no decorrer da década de 1990 – daí que as análises estejam conscientemente situadas no âmbito da dinâmica estadual. É possível afirmar que no caso averiguado a imprensa atuou no sentido de ordenar as variáveis das relações de trabalho de acordo com um projeto voltado para o protagonismo da livre iniciativa, que rechaçava a participação do Estado na condução da política econômica. Esse enredo ganhou maior consistência durante o período de transição do regime militar para a Nova República. A documentação analisada permite reiterar que as empresas de jornalismo, principalmente o *Diário Catarinense*, participaram da construção de uma lógica narrativa que definiu o que seriam cenários e possibilidades para o mundo do trabalho em um momento de ascensão das lutas sociais, procurando delimitar o alcance dos conflitos trabalhistas constituindo fronteiras para o que seriam as formas legítimas de protesto popular e mecanismos de ação sindical que ganharam forma durante os anos de 1980 e de 1990. Como parte integrante dessa narrativa, havia a afirmação de uma lógica segundo a qual a democracia política deveria resultar da liberdade de iniciativa econômica e do livre mercado.

Uma das tensões fundamentais do recente processo brasileiro de construção de um regime político democrático está assentada na disputa de projetos sociais distintos, principalmente entre aqueles que, por um lado, apontam para uma sociedade de direitos e que demanda a presença mais incisiva do poder público na resolução de conflitos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais extremas, em contraposição aos que há décadas buscam a flexibilização de direitos sociais e trabalhistas e a restrição da esfera pública de disputas sociais ao mercado.

O entendimento, ainda que de forma provisória, do recorte temporal proposto, ajuda a compreender um pouco melhor algumas das questões que estão colocadas na atualidade, especialmente, no caso brasileiro, sobre os ajustes firmados pela reforma trabalhista de 2017. A incursão em fontes documentais recentes pode caracterizar a contribuição do historiador aos debates que rondam a sociedade, a História enquanto campo de conhecimento fornece auxílio neste sentido.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CANELLA, Francisco. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2013). *Revista de Ciências Humanas*, v. 50, p. 268-287, 2016.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*, v. 5. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 119-161.

GIOVANAZ, Daniel Piassa. *Da conquista do canal 12 à do jornal A Notícia: as articulações políticas que consolidaram o oligopólio da RBS em Santa Catarina*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 289 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GROS, Denise Barbosa. Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 17, n. 4, p. 113-120, 1990.

HERMANN, Nathália Jonaine. *“Fiéis, ambiciosos e conservadores”*: Jovens brasileiros nas revistas *Veja e Isto É* (1980-1999). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019. 135 p. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), Florianópolis, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tania Regia de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 25-47.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2006.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 119-168, 2009.

PIMENTA, Luis F.; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Migrantes da pobreza. Políticas públicas e inserção precária em Florianópolis. *Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003, v. 1. p. 3336-3345.

POCHMANN, Marcio. Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil. In: *Nafta y Mercosur: Procesos de apertura económica y trabajo*. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, 2005, p. 191-198.

RAMOS, Lauro. *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001*. Rio de Janeiro, novembro de 2002.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 183-232.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2, A maldição de Adão. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: violência no Brasil. In: SCHWARTZ, Luiz (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 246-247.

Nota de autoria

Geovanni Rocha Junior é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Possui graduação em História (2017) e mestrado em História (2019) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem experiência na área de História do Brasil República, atuando nos seguintes temas: culturas políticas, imprensa, redemocratização e História do Tempo Presente. E-mail: geovanni.rochajr@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

ROCHA JUNIOR, Geovanni. A democracia dos desempregados: o futuro do trabalho nas páginas do Diário Catarinense (1990-2000). *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 86-105, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 31/01/2021.

Modificações solicitadas em 09/04/2021.

Aprovado em 12/05/2021.